

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**

**ANANDA GUADAGNIN**

**A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA  
Uma análise da sua concretização em Porto Alegre, Canoas e Novo  
Hamburgo**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientador: Prof. Roberto Pesavento

**Porto Alegre  
2011**

# A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

## Uma análise da sua concretização em Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo

Ananda Guadagnin<sup>1</sup>

### RESUMO

A transparência das contas públicas substancia-se em três características: publicidade, compreensibilidade e utilidade. Assim, não basta divulgar as informações, é preciso que estas sejam disponibilizadas de forma ampla, com linguagem acessível e boa apresentação. O objetivo deste trabalho é estabelecer uma análise da concretização da transparência por meio eletrônico da Administração Pública dos municípios de Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul, e a verificação do cumprimento do disposto em lei quanto à divulgação em tempo real de informações sobre receita e despesa. Esta pesquisa se caracteriza como descritiva quanto aos objetivos, bibliográfica e documental no que toca aos procedimentos técnicos e quanti-qualitativa quanto à abordagem. Os resultados do estudo revelam que as informações a cerca da receita e despesa públicas estão sendo divulgadas de forma transparente pelos três municípios, pois observa-se a publicidade ligada à objetividade e clareza das informações. Também ressalta-se o cumprimento do disposto em lei sobre divulgação em tempo real das informações nas páginas eletrônicas de transparência dos municípios.

**Palavras-chave:** Transparência. Administração Pública. Receita Pública. Despesa Pública.

### ABSTRACT

The transparency of public accounts substance on three characteristics: publicity, understandability and usefulness. So do not just share it, it is necessary that these are widely available, accessible language and good presentation. The objective of this study is to establish an analysis of the implementation of transparency through electronic public administration in the municipalities of Porto Alegre and Novo Hamburgo Canoas in Rio Grande do Sul, and the verification of compliance with the provisions of the law on disclosure of information in real time on revenue and expenditure. This research is characterized as descriptive of the aims, literature and public documents regarding the technical procedures and quantitative and qualitative approach. The results of the study show that information about the revenue and expenditure public are being disclosed in a transparent manner by the three municipalities, as there is advertising related to objectivity and clarity of information. It also stands out in compliance with the law on real-time dissemination of information on the electronic pages of transparency of the municipalities.

**Keywords:** Transparency. Public Management. Public Revenue. Public Expenditure.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da UFRGS. anandaguadagnin@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal, em seu art. 5º, XXXIII, estabelece o direito do cidadão de ter amplo acesso às informações de seu interesse perante os órgãos públicos

todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Estas informações devem ser disponibilizadas de forma transparente, ou seja, à divulgação deve estar somada a compreensão dos dados. Assim, a transparência como princípio fiscal, pressupõe a publicidade e a compreensibilidade das informações (PLATT NETO; CRUZ; VIEIRA, 2006).

Desta forma, a transparência das contas públicas constitui um tema de relevância social e gerencial, pois diz respeito ao interesse de todo o cidadão, e recebeu maior ênfase com a Lei nº 9.755/98, que dispõe sobre a criação de “homepage” na internet pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação de informações e com a Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal, doravante LRF) de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Segundo Platt Neto et al (2007, p. 76), a LRF se fundamenta em

princípios como o planejamento, a transparência e a participação popular. A participação popular, alicerce do controle social, depende fortemente da transparência das ações governamentais e das contas públicas, pois sem informações as decisões são prejudicadas.

A Lei Complementar 131, de 2009, estabelece algumas regras para a maior transparência das contas públicas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, abrangendo a divulgação em tempo real de informações pormenorizadas sobre sua execução orçamentária e financeira. O especificado em lei torna-se mais relevante por tratar-se de um direito do cidadão conhecer e fiscalizar como são aplicadas as receitas públicas. Com isso se estabelece uma relação de parceria entre governantes e população, que pode ter mais participação na gestão pública. Por isso, se justifica a idéia de comparar a concretização da transparência, por meio de acesso público, nos municípios de Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo. Trata-se de um tema atual, pois reúne três municípios com mais de cinquenta mil habitantes, ou seja, se enquadram nas especificações da LC 131, mais adiante explicados, e de importância social.

Este trabalho tem por objetivo principal analisar a concretização da transparência das contas públicas por meio eletrônico dos municípios de Porto Alegre, Canoas e Novo

Hamburgo, no Rio Grande do Sul, verificando o cumprimento do disposto em lei a cerca da divulgação de informações sobre receita e despesa pública. Para isso, faz-se necessário aclarar os conceitos de receita, despesa e transparência pública, com vistas na lei de responsabilidade fiscal e no fundamental escopo das entidades fiscalizadoras, além de expor o Portal da Transparência do Governo Federal e as páginas de transparência dos municípios supracitados.

Para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se de leitura de livros e artigos, bem como acesso e análise de relatórios e informações nas páginas de transparência federal e dos municípios incluídos no estudo.

O presente artigo constitui-se de Introdução, uma breve Revisão Bibliográfica, que trata da conceituação de receita e despesa pública, transparência das contas públicas e sua importância, bem como sua base legal. Na sequência, apresenta-se o Portal da Transparência do Governo Federal e as Páginas referentes à transparência dos municípios abordados no trabalho. Em seguida, define-se a metodologia utilizada na elaboração do trabalho, a análise dos resultados e as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção são abordados os conceitos de receita e despesa pública, os aspectos gerais da transparência das contas públicas, determinando sua importância e base legal, bem como são apresentados o Portal da Transparência do Governo Federal e as páginas de Transparência dos municípios objetos do estudo.

### **2.1 CONCEITUAÇÃO DE RECEITA E DESPESA PÚBLICA**

Receita pública constitui-se na entrada financeira que, integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto como elemento novo e positivo. Pode ser definida também como o conjunto de meios financeiros que o Estado e as outras pessoas de direito público auferem, e, livremente, e sem reflexo no seu passivo, podem dispor para custear a produção de seus serviços e executar as tarefas políticas dominantes em cada comunidade. Em sentido restrito, portanto, receitas são as entradas que se incorporam ao patrimônio como elemento novo e positivo; em sentido lato, são todas quantias recebidas pelos cofres públicos, denominando-se entradas ou ingressos. No sentido contábil, são receitas públicas todas e quaisquer entradas de fundos nos cofres do Estado, independentemente de sua origem ou fim. No sentido financeiro ou próprio são

receitas públicas apenas as entradas de fundos nos cofres do Estado que representem um aumento do seu patrimônio. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011).

A despesa pública, em sua acepção financeira, é a aplicação de recursos pecuniários em forma de gastos e em forma de mutação patrimonial, com o fim de realizar as finalidades do estado e, em sua acepção econômica, é o gasto ou não de dinheiro para efetuar serviços tendentes àquelas finalidades. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011).

## 2.2 TRANSPARÊNCIA E SUA IMPORTÂNCIA

A transparência, no setor privado, é considerada um dos princípios básicos da governança corporativa, e assim é citada no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Justifica-se pela divulgação às partes interessadas, não somente de informações dispostas em leis ou regulamentos, mas também de todo o dado que seja de seu interesse. A adequada transparência gera um clima de confiança nas relações entre empresas e terceiros.

Também considerada como um dos alicerces da gestão fiscal pública responsável, a transparência está ligada diretamente ao princípio constitucional da publicidade, e seu estímulo consiste em um dos principais objetivos da Administração Pública moderna. A ampliação da divulgação das ações governamentais à população, além de contribuir para o fortalecimento da democracia, prestigia e desenvolve as noções de cidadania.

A transparência na gestão pública é consubstanciada na divulgação periódica de relatórios, na realização de audiências públicas regulares e na prestação de contas dos chefes dos poderes. Constitui-se, ao mesmo tempo, em requisito fundamental para a boa governança, e em elo entre Estado e sociedade civil, pois aumenta o nível de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública (CULAU; FORTIS, 2006).

Segundo Souza et al (2009, p. 12)

a transparência nos atos da Administração Pública tem como desígnio impedir ações impróprias e eventuais, como o uso indevido dos bens públicos, por parte dos governantes e administradores. Alargando o acesso dos cidadãos às informações públicas, em todas as esferas, a fim da edificação de um país mais democrático, onde todos os segmentos da sociedade possam desempenhar com êxito o controle social, ajudando na efetivação de uma gestão mais eficaz e eficiente.

Quando os problemas da administração pública contemporânea são discutidos, a visibilidade e a transparência de seus atos sempre são objeto de destaque e relevância. Ingrediente básico da *accountability* e, portanto, capaz de proporcionar a criação de maiores condições de confiança entre governantes e governados, a transparência nas ações governamentais tem sido constantemente citada como capaz de contribuir para redução da corrupção no espaço público e de tornar as relações entre o Estado e a sociedade civil mais democrática. (SACRAMENTO; PINHO, 2007)

A transparência possui três elementos básicos, quais sejam: a publicidade, a compreensibilidade das informações e a utilidade para decisões. A publicidade considera a ampla divulgação, em tempo hábil e por vários meios da informação. A compreensibilidade pressupõe informações com linguagem acessível e com boa apresentação. Já a utilidade se fundamenta na relevância e na confiabilidade das informações (PLATT NETO et al, 2007).

Desta forma, tão importante quanto a prestação de contas, é a forma como estas informações são disponibilizadas ao público alvo. Objetividade, clareza e transparência são características que devem estar interligadas.

### 2.3 ASPECTOS LEGAIS DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Já em 1998, a preocupação com a divulgação de dados da administração pública era efetiva: a Lei 9.755 estabelece a criação de *homepage* na *Internet*, pelo Tribunal de Contas da União, a fim de publicar as seguintes informações:

- I – os montantes de cada um dos tributos arrecadados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, os recursos por eles recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio;
- II – os relatórios resumidos da execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III – o balanço consolidado das contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias e outras entidades, bem como um quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários;
- IV – os orçamentos do exercício da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os respectivos balanços do exercício anterior;
- V – os resumos dos instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior;
- VI – as relações mensais de todas as compras feitas pela Administração direta ou indireta;

Mais tarde, em 2005, o Decreto nº 5.482, dispõe sobre divulgação de informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal através da *Internet*, incumbindo a Controladoria-Geral da União pela Gestão do Portal da Transparência.

A LRF define que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Em seu art. 48, cita os instrumentos usados para a transparência da gestão fiscal:

os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

A garantia da transparência ocorre também mediante a adoção de outros instrumentos, os quais foram incluídos pela Lei Complementar 131/09 na LRF:

1. Incentivo à participação da população e realização de audiências públicas, nas fases de elaboração dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
2. liberação, em meios eletrônicos de acesso público, de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira em tempo real;
3. adoção de sistema integrado de administração financeira e controle.

As informações sobre execução orçamentária e financeira referem-se a elementos da despesa (atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária, no momento de sua realização) e receita (o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras) públicas, e devem ser disponibilizadas em tempo real a partir de datas estipuladas pela Lei Complementar 131/09: um ano após a promulgação da referida lei para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de cem mil habitantes; dois anos para os Municípios que tenham entre cinquenta mil e cem mil habitantes; e quatro anos para os Municípios que tenham até cinquenta mil habitantes.

As páginas na internet a cerca da transparência pública, além de cumprirem exigências legais, são voltadas para o incremento da transparência e do controle social, com objetivo de divulgar informações sobre receitas e despesas realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, estados e municípios, informando sobre execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias e passagens, entre outras.

#### 2.4 O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL

O Portal da Transparência do Governo Federal é um sítio na Internet lançado pela Controladoria Geral da União em novembro de 2004 para que o cidadão acompanhe a aplicação dos recursos públicos em âmbito federal. Através desse canal, o cidadão fica sabendo a destinação do dinheiro público que é enviado ao município onde mora.

No referido portal, é possível encontrar diversas informações, dentre elas:

- 1) Informações sobre Repasses de verbas federais destinadas aos estados, municípios e ao Distrito Federal; Transferências diretas ao cidadão como o Bolsa Família, Bolsa Escola, o Auxílio-Gás e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Gastos diretos do governo federal em compras governamentais, contratação de obras públicas e de prestadores de serviço;
- 2) Informações sobre Transferências de Recursos, para estados, municípios, pessoas jurídicas, e feitas ao exterior, ou diretamente a pessoas físicas. Estão disponíveis dados de todos os recursos federais transferidos da União para estados, municípios e Distrito Federal. Pode-se consultar, por exemplo, quanto foi repassado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do Ministério da Educação para qualquer município do País ou mesmo quem são os beneficiários do Bolsa Família, quanto receberam e em que meses (recursos federais transferidos diretamente ao cidadão);
- 3) Informações sobre Gastos Diretos do Governo Federal: contratação de obras, serviços e compras governamentais, que podem ser vistas por órgão, por ação governamental ou por favorecidos (empresas privadas ou pessoas físicas). Também detalha as diárias pagas e os gastos feitos em cartões de pagamento do Governo Federal;
- 4) Informações diárias sobre a execução orçamentária e financeira com dados detalhados e diariamente atualizados sobre os atos praticados pelas unidades gestoras do Poder Executivo Federal no decorrer da execução das suas despesas. O cidadão poderá saber quanto e com o que está sendo comprometido o recurso do orçamento. É possível, inclusive, conhecer a fase em que a despesa se encontra: empenho, liquidação e pagamento;
- 5) Informações sobre Receitas previstas, lançadas e realizadas pelo Governo Federal, organizadas por Órgão e por categoria das Receitas, e atualizadas diariamente;
- 6) Informações sobre Convênios registrados no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) e no SICONV (Sistema de Convênio) firmados nos últimos anos, com descrição sucinta do objeto, datas e valores envolvidos, desde 1º de janeiro de 1996;
- 7) Informações sobre a lista de Empresas Sancionadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas;
- 8) Informações sobre cargo, função e situação funcional dos Servidores e agentes públicos do Poder Executivo Federal;



- 9) Informações sobre Transparência no Governo – relação dos órgãos e entidades do Governo Federal que possuem Páginas de Transparência Pública próprias;
- 10) Informações sobre Participação e Controle Social;
- 11) Informações sobre projetos e ações no âmbito do Poder Executivo Federal, que são divulgadas pelos órgãos em suas respectivas páginas eletrônicas – Rede de Transparência;
- 12) Páginas de Transparência de Estados e Municípios - dados de cada ente federativo, sobre transferências de recursos recebidas do governo federal e cadastro de convênios, extraídos do Portal da Transparência. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL, 2011).

A figura abaixo corresponde à estatística de acessos ao Portal da Transparência desde a sua criação até o mês de março do decorrente ano.

**Portal da Transparência**  
**Estatísticas de Acesso**

Mês/Ano	Visitas							
	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Janeiro	221.671	195.659	106.628	91.548	48.799	20.354	15.945	-
Fevereiro	220.643	188.106	96.499	152.867	48.874	19.072	10.561	-
Março	254.431	247.369	131.332	109.176	59.017	24.443	12.452	-
Abril		228.467	118.262	109.751	56.554	26.729	25.906	-
Maio		285.299	124.401	108.257	56.869	27.068	25.655	-
Junho		223.867	126.039	105.611	65.988	26.035	52.534	-
Julho		230.082	127.882	112.257	70.004	26.855	38.001	-
Agosto		257.655	169.302	123.455	66.829	37.999	25.876	-
Setembro		361.946	181.184	126.556	45.752	40.614	19.733	-
Outubro		248.316	175.652	119.441	47.431	48.164	18.830	-
Novembro		250.752	160.994	134.783	40.610	32.474	20.168	30.064
Dezembro		220.634	186.109	149.908	39.974	47.271	20.307	34.262
Média Mensal	232.248	244.846	142.024	120.301	53.892	31.423	23.831	32.163
Total	696.745	2.938.152	1.704.284	1.443.610	646.701	377.078	285.968	64.326



**Figura 1: Estatísticas de Acesso ao Portal da Transparência**  
Fonte: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL (2011).

Observa-se através da Figura 1 o gradual aumento no número de visitas ao Portal da Transparência, a cada ano a página é mais vezes acessada. O ano de maior visitação foi o de 2010, tendo um crescimento no número de acessos de 58% em comparação ao ano anterior.

Observa-se também que o ano de 2011 tende a ser o superior em número de acessos, uma vez que o primeiro trimestre já supera o mesmo período do ano anterior e ultrapassa o número total de visitas do ano de 2007.

Com isso, pode-se constatar a crescente preocupação das pessoas com a administração dos recursos públicos.

## 2.5 PÁGINAS DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAIS

### 2.5.1 Portal Transparência Porto Alegre

O Portal Transparência Porto Alegre é um veículo desenvolvido pela Prefeitura para oferecer ao cidadão de forma clara e ampla informações sobre a gestão das finanças do município. A ferramenta foi instituída por meio da Lei 10.728, aprovada pela Câmara Municipal em 2009 e regulamentada pelo Decreto 16.588, de janeiro de 2010. Estão disponíveis para navegação as seções de receita, despesa, execução orçamentária e financeira, quadro funcional, folha de pagamento, diárias e passagens e contratações de pessoal e em caráter emergencial. As informações presentes no portal tratam-se dos números oficiais da Prefeitura, dispostos a fim de ampliar o conteúdo já informado de forma agregada nos relatórios de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. São fontes de informações os sistemas de controle interno, os relatórios de gestão fiscal e as demonstrações contábeis do município (PORTAL TRANSPARÊNCIA PORTO ALEGRE, 2011).

O portal compreende informações mensais e diárias a cerca de receita e despesa. Em tempo real, são disponibilizadas informações sobre a arrecadação da receita, por órgão municipal e classificação contábil.

### 2.5.2 Portal da Transparência Canoas

Na página estão disponibilizadas as informações sobre as despesas, em todas as suas fases: empenho, liquidação e pagamento. Seus relatórios diários podem ser consultados desde o dia 25 de maio de 2010.

Para a publicação dos dados apresentados no portal são extraídos do sistema Safira e são atualizados em tempo real, conforme a legislação vigente. (PREFEITURA DE CANOAS – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, 2011).

Na mesma página estão disponibilizados o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual vigentes do município.

### **2.5.3 Portal da Transparência Novo Hamburgo**

Por meio do Portal, é possível acessar os dados de receita e despesa acumuladas por exercício e por entidade além de filtrar em vários níveis como órgão, função, tipo de gasto e favorecido. Também estão disponíveis informações detalhadas de empenhos, liquidações e pagamentos (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2011).

As receitas podem ser observadas conforme sua classificação econômica, ou seja, como Receitas Correntes e Receitas de Capital. A análise das despesas pode ser feita por exercício (de 2009 em diante) e por órgão/autarquia, quais sejam: Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, Hospital Municipal de Novo Hamburgo, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo e COMUSA – Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo.

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Quanto aos objetivos, a pesquisa se enquadra como descritiva. As pesquisas descritivas possuem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações variáveis (GIL, 2008). Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 61), “a pesquisa descritiva observa, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características”.

Quanto aos procedimentos técnicos, enquadra-se como pesquisa bibliográfica e documental, pois possui um referencial teórico composto de livros e artigos científicos, o que a caracteriza como bibliográfica, e foram utilizados documentos não publicados, como por exemplo, relatórios financeiros, que a caracteriza como pesquisa documental. Para Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 62) na pesquisa documental são estudados “documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras

características. As bases documentais permitem estudar tanto a realidade presente como o passado, com a pesquisa histórica”.

Quanto à abordagem, pode-se dizer que se encaixa como quanti-qualitativa, pois ao mesmo tempo se utilizou de relatórios, prestação de contas, além de outros dados disponibilizados à população, sua interpretação descreve fatos relativos aos fenômenos observados.

Acrescenta-se que a amostra de estudo foi intencionalmente selecionada, uma vez que uma das cidades é a Capital do Rio Grande do Sul, e as outras duas fazem parte da Região Metropolitana, possuem mais de cem mil habitantes, além de serem economicamente importantes para o Estado.

#### 4 RESULTADOS E ANÁLISE

Nesta seção estão descritas as páginas de transparência dos municípios de Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo e a forma como as informações sobre receita e despesa estão disponibilizadas em cada uma delas.

As análises a cerca da concretização da transparência foram realizadas com base em acessos diários às paginas durante o período de 01/06/2011 a 15/06/2011 e estão descritas ao final de cada subseção. As figuras apresentadas foram extraídas em 13/06/2011.

##### 4.1 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PORTO ALEGRE

O Portal da Transparência Porto Alegre disponibiliza, a partir de maio de 2010 e em tempo real, a arrecadação da receita municipal por órgão e por classificação contábil. As receitas são visualizadas sob forma de tabelas do mês corrente e do acumulado dos meses do exercício. Do mês corrente é possível verificar o consolidado, da administração direta e indireta e sua segregação por órgão, de acordo com sua classificação econômica, conforme se acompanha nas figuras a seguir.

PORTAL » EXERCÍCIO EM TEMPO REAL													
Registro contábil do mês, até o dia 13/06/2011													
Exercício	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.741.570,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.741.570,60

A lista possui um total de 1 item.

**Figura 2: Receita Acumulada em Tempo Real de 01/06 a 13/06**

Fonte: PORTAL TRANSPARÊNCIA PORTO ALEGRE (2011).

Receita de 2011 Registro contábil do mês, até o dia 13/06/2011

Órgão	Total	Junho
» CONSOLIDADO	55.741.570,60	55.741.570,60
» ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA	52.944.349,60	52.944.349,60
» ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA SEM FUNDOS E CÂMARA	52.683.064,38	52.683.064,38
» FUNDOS MUNICIPAIS	261.285,22	261.285,22
» FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	42.765,23	42.765,23
» FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	1.838,22	1.838,22
» FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA	0,00	0,00
» FUNDO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	0,00	0,00
» FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DE PORTO ALEGRE	0,00	0,00
» FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	90.079,28	90.079,28
» FUNDO MUNICIPAL PARA A RESTAURAÇÃO REFORMA MANUTENÇÃO E ANIMAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE	928,36	928,36
» FUNDO MUNICIPAL DE COMPRAS COLETIVAS	0,00	0,00
» FUNDO PRÓ DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE	96.625,63	96.625,63
» FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	0,00
» FUNDO MUNICIPAL DE REAPARELHAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	0,00	0,00
» FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
» FUNDO MONUMENTA PORTO ALEGRE	0,00	0,00
» FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	29.050,50	29.050,50
» FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DIFUSOS	0,00	0,00
» ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.797.221,00	2.797.221,00
» DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	6.382,02	6.382,02
» DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SEM FUNDOS	0,00	0,00
» FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	6.382,02	6.382,02
» DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS	0,00	0,00
» DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA	2.790.838,98	2.790.838,98

**Figura 3: Arrecadação Receita por Órgão de 01/06 a 13/06**

Fonte: PORTAL TRANSPARÊNCIA PORTO ALEGRE (2011).

Exercício 2011 referentes ao órgão ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA

Rubrica	Total	Junho
» RECEITAS CORRENTES	50.973.704,83	50.973.704,83
» RECEITA TRIBUTÁRIA	49.983.790,51	49.983.790,51
» IMPOSTOS	49.900.639,38	49.900.639,38
» IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	12.672.533,32	12.672.533,32
» IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU	6.652.424,62	6.652.424,62
» IPTU - PRÓPRIO 60%	3.991.454,77	3.991.454,77
» IPTU - MDE 25%	1.663.106,15	1.663.106,15
» IPTU - ASPS 15%	997.863,70	997.863,70
» IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	0,00	0,00
» IRRF S/RENDIMENTOS DO TRABALHO	0,00	0,00
» IRRF S/RENDIMENTO DO TRABALHO - ATIVOS/INATIVOS DO PODER EXEC./IND.	0,00	0,00
» IRRF - ATIVO/INATIVO - EXECUTIVO INDIRETA - PRÓPRIO	0,00	0,00
» IRRF - ATIVO - PRÓPRIO	0,00	0,00
» IRRF - INATIVO - PRÓPRIO	0,00	0,00
» IRRF- ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO INDIRETA-MDE 25%	0,00	0,00
» IRRF-ATIVO-MDE	0,00	0,00
» IRRF-INATIVO-MDE	0,00	0,00
» IRRF- ATIVO/INATIVO- EXECUTIVO INDIRETA- ASPS	0,00	0,00
» IRRF- ATIVO- ASPS	0,00	0,00
» IRRF- INATIVO - ASPS	0,00	0,00
» IRRF S/ RENDIMENTO DO TRABALHO - ATIVOS/INATIVOS DO PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00
» IRRF - ATIVO/INATIVO - LEGISLATIVO - PRÓPRIO	0,00	0,00
» IRRF - ATIVO - PRÓPRIO	0,00	0,00

**Figura 4: Arrecadação Receita do Órgão Administração Centralizada de 01/06 a 13/06**

Fonte: PORTAL TRANSPARÊNCIA PORTO ALEGRE (2011).

A receita mensal, além de conter o total do exercício, separa a arrecadação por mês, facilitando a interpretação e análise dos dados.

As informações sobre a despesa pública também são divulgadas em tempo real abordando dados sobre o favorecido, o histórico da despesa, bem como sua classificação

contábil. São apresentados os dados relativos às etapas da despesa pública - empenho, liquidação e pagamento.

É possível analisar a despesa orçamentária e financeira segregada de diversas formas: por Programa, por Categoria Econômica, por Órgão, gastos por Favorecido e Restos a Pagar.

Por programa: acumuladas do exercício as despesas pelos programas da administração Pública, entre eles o Porto Alegre Copa 2014, conforme demonstrado na Figura 5.

PORTAL » EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA » DESPESA POR PROGRAMA

Exercício: 2011 Dados até o mês de Maio

Código	Programa	Orçamento Atualizado	Despesa					
			Empenhada	% Emp.	Liquidada	% Liq.	Paga	% Paga
130	A RECEITA É SAÚDE	1.083.311.748,00	438.590.967,88	40,49	349.125.009,51	32,23	344.026.964,39	31,76
131	CIDADE INOVADORA	5.511.850,00	608.310,97	11,04	551.718,67	10,01	551.586,32	10,01
132	CIDADE INTEGRADA	487.867.402,00	228.011.082,02	46,74	162.696.467,43	33,35	150.985.636,70	30,95
133	CIDADE SOLIDÁRIA E PARTICIPATIVA	42.999.071,00	16.004.670,51	37,22	12.817.712,37	29,81	10.387.684,70	24,16
134	CRESCER PORTO ALEGRE	30.826.717,00	13.069.413,28	42,40	8.529.969,39	27,67	8.431.094,97	27,35
135	GESTÃO TOTAL	668.753.599,60	273.142.307,02	40,84	234.364.210,07	35,04	231.701.213,03	34,65
136	LUGAR DE CRIANÇA É NA FAMÍLIA E NA ESCOLA	734.942.234,95	359.573.596,30	48,93	260.299.267,69	35,42	256.734.054,19	34,93
137	MAIS RECURSOS, MAIS SERVIÇOS	309.171.607,00	193.390.548,78	62,55	101.236.468,20	32,74	99.119.206,37	32,06
138	PORTO DA INCLUSÃO	142.161.097,85	53.229.088,89	37,44	42.228.800,44	29,70	41.264.957,48	29,03
139	PORTO DO FUTURO	3.564.833,00	76.017,05	2,13	35.459,91	0,99	35.459,91	0,99
140	TRANSFORMA PORTO ALEGRE	232.880.360,32	98.350.505,52	42,23	69.113.955,79	29,68	66.624.432,17	28,61
141	VIZINHANÇA SEGURA	68.802.698,00	29.436.106,24	42,78	21.417.670,12	31,13	21.218.530,44	30,84
143	PORTO ALEGRE COPA 2014	269.476.863,56	6.243.854,36	2,32	5.194.256,32	1,93	5.154.754,85	1,91
9999	RESERVAS	71.321.655,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Figura 5: Execução Orçamentária e Financeira Por Programa de Janeiro a Maio de 2011**

Fonte: PORTAL TRANSPARÊNCIA PORTO ALEGRE (2011).

Por categoria econômica: segregadas em correntes, de capital e reserva de contingência e reserva do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), e dentro de cada categoria, separando a natureza e o elemento da despesa, demonstrando a situação dos estágios da despesa.

PORTAL » EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA » CONSOLIDAÇÃO GERAL POR CATEGORIA ECONÔMICA

Exercício: 2011 Dados até o mês de Maio

Código	Categoria Econômica	Orçamento Atualizado	Despesa					
			Empenhada	% Emp.	Liquidada	% Liq.	Paga	% Paga
3	DESPESAS CORRENTES	3.299.211.301,85	1.514.644.829,20	45,91	1.149.165.792,81	34,83	1.122.811.180,58	34,03
4	DESPESAS DE CAPITAL	781.058.780,43	195.081.639,62	24,98	118.445.173,10	15,16	113.424.394,94	14,52
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA E RESERVA DO RPPS	71.321.655,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>4.151.591.737,28</b>	<b>1.709.726.468,82</b>	<b>41,18</b>	<b>1.267.610.965,91</b>	<b>30,53</b>	<b>1.236.235.575,52</b>	<b>29,78</b>

A lista possui um total de 3 itens. << anterior próxima >> página 1 de 1

**Figura 6: Execução Orçamentária e Financeira Por Categoria Econômica de Janeiro a Maio de 2011**

Fonte: PORTAL TRANSPARÊNCIA PORTO ALEGRE (2011).



Por órgão: segrega as despesas por órgão da Administração. Dentro de cada órgão, se pode observar a categoria e pela categoria se observa a natureza e o elemento da despesa.

PORTAL » EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA » CONSOLIDAÇÃO GERAL POR ÓRGÃO

Exercício: 2011 Dados até o mês de Maio

Código	Nome	Órgão	Orçamento Atualizado	Empenhada	% Emp.	Despesa			
						Liquidada	% Liq.	Paga	% Paga
200	GABINETE DO PREFEITO		28.295.097,00	9.852.750,48	37,47	7.410.718,31	28,18	7.269.683,15	27,65
300	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		21.061.168,00	9.273.412,71	44,03	7.391.709,75	35,10	7.345.562,38	34,88
400	DEPARTAMENTO DE ESGOTOS PLUVIAIS		104.414.653,00	34.893.881,18	33,42	19.564.439,30	18,74	17.921.261,05	17,16
600	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER		16.135.441,00	7.061.479,57	43,76	4.981.642,77	30,87	4.940.384,59	30,62
800	SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA URBANA		29.574.349,00	13.839.281,05	46,79	10.658.843,83	36,04	10.509.125,22	35,53
900	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO ESTRATEGICO		22.496.226,00	5.709.122,88	25,38	3.517.674,92	15,64	3.381.986,59	15,03
1000	SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA		46.166.656,00	19.547.328,69	42,34	13.601.220,28	29,46	13.101.130,69	28,38
1200	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		31.451.234,00	16.270.677,10	51,73	9.153.240,58	29,10	9.050.023,05	28,77
1300	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		81.976.570,00	43.126.620,68	52,61	25.237.360,83	30,79	24.950.302,59	30,44
1400	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO		264.527.300,00	59.970.151,01	22,67	35.834.379,74	13,55	34.500.972,21	13,04
1500	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		498.033.060,95	265.090.048,42	53,23	175.764.263,64	35,29	173.483.365,40	34,83
1600	SECRETARIA MUNICIPAL DA PRODUÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO		26.561.945,00	11.661.139,00	43,90	7.841.564,10	29,52	7.766.387,41	29,24
1700	SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES		68.440.801,00	5.951.299,13	8,70	4.347.291,52	6,35	4.294.274,53	6,27
1800	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		1.017.022.826,00	409.914.768,73	40,31	322.265.989,96	31,69	317.167.944,84	31,19
1900	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL		16.264.255,00	6.261.098,77	38,50	4.724.793,76	29,05	4.670.524,79	28,72
2000	SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		57.920.355,00	22.586.443,63	39,00	15.815.493,91	27,31	15.384.500,49	26,56
2100	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		247.571.364,00	148.434.925,66	59,96	74.931.742,35	30,27	73.107.009,75	29,53
2200	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		24.094.937,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2300	SECRETARIA MUNIC DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E GOVERNANÇA LOCAL		42.605.216,00	15.916.796,74	37,36	12.812.604,37	30,07	10.382.992,70	24,37
2400	SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE		5.071.879,00	2.462.390,18	48,55	1.645.968,04	32,45	1.536.506,15	30,29

**Figura 7: Execução Orçamentária e Financeira Por Órgão de Janeiro a Maio de 2011**  
Fonte: PORTAL TRANSPARÊNCIA PORTO ALEGRE (2011).

Gastos por favorecido: agrupa a despesa por favorecido e classifica a unidade orçamentária e a rubrica da despesa.

Através da análise da página de Transparência Porto Alegre realizada por vários dias, pode-se constatar o cumprimento do disposto em lei a cerca da divulgação em tempo real das informações de receita e despesa. Percebem-se os preceitos básicos para a transparência, pois as informações são corretas, estão dispostas de maneira clara e objetiva e as consultas podem ser realizadas de variadas formas, conforme o interesse do cidadão. Observa-se também que as datas estão especificadas em todos os relatórios.

#### 4.2 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA CANOAS

Na página do município de Canoas que trata da transparência, as receitas estão dispostas no formato de balancete mensal extraído do programa utilizado pelo município, que as segrega pela natureza econômica (receitas correntes e de capital), e origem (correntes: tributária, de serviços, de contribuições..., de capital: operações de crédito, alienação de bens, transferências de capital...), de acordo com o plano de contas. O referido balancete é composto pela coluna da rubrica da receita, sua descrição, a coluna contendo o valor orçado

inicialmente, o orçado atual, o recebimento acumulado até o mês anterior, o arrecadado no mês corrente (até a data atual) e o somatório da arrecadação anual até o mês corrente.

As despesas estão separadas por seus estágios: Empenho, Liquidação e Pagamento.

As notas de empenho compreendem a data, o número do empenho, o programa trabalho, a classificação da despesa, a razão social do credor e o valor do empenho.

O relatório da liquidação compreende a data, o número da liquidação, o número do empenho, o programa trabalho, a classificação da despesa o credor e o valor da liquidação.

Os balancetes do pagamento compreendem a data de emissão do pagamento, data da baixa, nota de pagamento, credor, data do empenho, número do empenho, programa trabalho, classificação da despesa e valor pago.

Os relatórios dos estágios da despesa e da arrecadação da receita são postados diariamente, podendo observar-se também o horário da geração do relatório, por isso, constata-se o cumprimento do referido em lei quanto à divulgação em tempo real das informações. Os relatórios são bem estruturados, possibilitando uma visão geral da receita e despesa do município e facilitando a interpretação e análise dos dados, fato importante para o entendimento do público em geral.

#### 4.3 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA NOVO HAMBURGO

No Portal da Transparência de Novo Hamburgo observa-se a arrecadação da receita acumulada por exercício e separada por órgão. Cada órgão segrega as receitas por classificação econômica, conforme demonstrado nas figuras abaixo.

##### Tipos de Receita (Classif. Econômica)

Entidade: Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo  
Exercício: 2011

Razão Social ↕	Valor (R\$) ↕
Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo	166.750.228,52

#### Figura 8: Arrecadação da Receita Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo 2011

Fonte: PORTAL TRANSPARÊNCIA (2011).



## Tipos de Receita (Classif. Econômica)

Entidade: Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo  
Exercício: 2011

Categoria ↕	Fonte ↕	Valor (R\$) ↕
RECEITAS CORRENTES	IMPOSTOS	36.852.384,96
RECEITAS CORRENTES	TAXAS	6.967.161,08
RECEITAS CORRENTES	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	254,11
RECEITAS CORRENTES	CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.031.866,19
RECEITAS CORRENTES	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	3.653.066,33
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS IMOBILIARIAS	104.254,38
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.339.758,10
RECEITAS CORRENTES	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	755.265,58
RECEITAS CORRENTES	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	179.307,95
RECEITAS CORRENTES	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	119.058.960,94
RECEITAS CORRENTES	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	120.776,35
RECEITAS CORRENTES	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	62.380,60

**Figura 9: Arrecadação da Receita Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo por Categoria 2011**

Fonte: PORTAL TRANSPARÊNCIA (2011).

## Tipos de Receita (Classif. Econômica)

Entidade: Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo  
Exercício: 2011

Fonte ↕	Tipo ↕	Valor (R\$) ↕
IMPOSTOS	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	21.782.030,02
IMPOSTOS	IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	15.070.354,94

**Figura 10: Arrecadação da Receita Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo Impostos sobre o Patrimônio e a Renda 2011**

Fonte: PORTAL TRANSPARÊNCIA (2011).

## Tipos de Receita (Classif. Econômica)

Entidade: Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo  
Exercício: 2011

Tipo ↕	Especificação ↕	Valor (R\$) ↕
IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU	15.292.908,57
IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	3.392.550,15
IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	"IMPOSTO SOBRE TRANSMISSAO "INTER-VIVOS" DE BENS IMOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - ITBI"	3.096.571,30

**Figura 11: Arrecadação da Receita Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo Classificação dos Impostos 2011**

Fonte: PORTAL TRANSPARÊNCIA (2011).

As despesas também estão segregadas por ano e órgão. Examinando cada órgão, é possível escolher o tipo de consulta entre: Gastos por órgão, Por função, Tipos de Gastos (Elementos) e Favorecido. Nos gastos por Órgão a despesa é separada por órgão da administração pública. Dentro de cada órgão estão classificadas pelo tipo de gasto. Por Favorecido, as despesas estão segregadas por natureza e a cada classificação é possível observar os estágios da despesa.

Na página há um *link* de acesso às Contas Públicas, as quais estão separadas por ano, desde 2000 e por mês. Compreende: Tributos arrecadados, Orçamento Anual da Receita, Orçamento Anual da Despesa, Execução do orçamento – receita e despesa, Balanço Orçamentário – receita e despesa, Demonstrativo da Receita, Demonstrativo da Despesa, Contratos e seus Aditivos, Compras Efetuadas.

Após a análise da página, constata-se ser bem estruturada, pois possibilita a pesquisa por várias maneiras.

Não é possível verificar a data de atualização da página nos relatórios, porém através da análise no período constata-se o cumprimento do disposto em lei a cerca da atualização dos dados.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A divulgação das informações sobre receita e despesa da Administração Pública por meio eletrônico faz-se por meio de páginas na internet denominadas Portais de Transparência.

Assim, o objetivo do trabalho de analisar a concretização da transparência da Administração Pública nos municípios de Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo foi alcançado. Em linhas gerais pode-se concluir que a divulgação dos dados se dá de forma transparente, pois atende aos três elementos básicos para a transparência, ou seja, as informações são divulgadas de maneira clara, objetiva e bem estruturadas.

Conclui-se também que os municípios de Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo estão cumprindo o disposto pela Lei Complementar 131/09, no que toca à divulgação em tempo real de informações pormenorizadas sobre a arrecadação da receita e execução da despesa. No entanto, ressalta-se que o objetivo da divulgação de dados sobre a Administração Pública vai muito além do cumprimento de normas. Sua função social se sobrepõe a isso em importância: informar a população de como estão sendo investidas as receitas públicas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.755**, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a criação de “homepage” na “Internet” pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 131**, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.482**, de 30 de junho de 2005. Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CULAU, Ariosto Antunes; FORTIS, Martin Francisco de Almeida. Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 11, 2006, Ciudad de Guatemala. **Anais**. Ciudad de Guatemala: CLAD, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Publicações: **Código das Melhores Práticas**. Disponível em: < <http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 29 mai. 2011.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Glossário**: Despesa Pública. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 28 mai. 2011.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Glossário:** Receita Pública. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 28 mai. 2011.

PLATT NETO, Orion Augusto et al. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública. **Contabilidade Vista e Revista**. Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan/mar 2007.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; VIEIRA, Audí Luiz. Transparência das Contas Públicas: um enfoque no uso da Internet como instrumento de publicidade na UFSC. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 135-146, jan/jun 2006.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Despesa**. Disponível em: <<http://www2.novohamburgo.rs.gov.br/sistemas/transparencia/index.php/inicial>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **O que é o Portal?** Disponível em: <<http://www2.novohamburgo.rs.gov.br/sistemas/transparencia/index.php/inicial>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Receita**. Disponível em: <<http://www2.novohamburgo.rs.gov.br/sistemas/transparencia/index.php/inicial>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. **Sobre o Portal:** O que você encontra no Portal. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 30 mai. 2011.

PORTAL TRANSPARÊNCIA PORTO ALEGRE. **Despesa**. Disponível em: <<http://www.transparencia.portoalegre.rs.gov.br/>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

PORTAL TRANSPARÊNCIA PORTO ALEGRE. **O que é**. Disponível em: <<http://www.transparencia.portoalegre.rs.gov.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

PORTAL TRANSPARÊNCIA PORTO ALEGRE. **Receita**. Disponível em: <<http://www.transparencia.portoalegre.rs.gov.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

PREFEITURA DE CANOAS – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA. **Portal da Transparência CGM Canoas:** Despesas. Disponível em: <[http://www.fazendacanoas.rs.gov.br/manager.aspx?id\\_menu=1111&id\\_layout=25&id\\_pagina=2314](http://www.fazendacanoas.rs.gov.br/manager.aspx?id_menu=1111&id_layout=25&id_pagina=2314)>. Acesso em: 13 jun. 2011.

PREFEITURA DE CANOAS – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA. **Portal da Transparência CGM Canoas:** Receitas. Disponível em: <[http://www.fazendacanoas.rs.gov.br/manager.aspx?id\\_menu=1111&id\\_layout=25&id\\_pagina=2314](http://www.fazendacanoas.rs.gov.br/manager.aspx?id_menu=1111&id_layout=25&id_pagina=2314)>. Acesso em: 13 jun. 2011.

PREFEITURA DE CANOAS – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA. **Portal da Transparência CGM Canoas:** Transparência. Disponível em: <[http://www.fazendacanoas.rs.gov.br/manager.aspx?id\\_menu=1111&id\\_layout=25&id\\_pagina=2314](http://www.fazendacanoas.rs.gov.br/manager.aspx?id_menu=1111&id_layout=25&id_pagina=2314)>. Acesso em: 02 jun. 2011.

SACRAMENTO, Ana Rita Silva; PINHO, José Antônio Gomes. Transparência na Administração Pública: o que mudou depois da Lei de Responsabilidade Fiscal? Um estudo exploratório em seis municípios da Região Metropolitana de Salvador. **Revista de Contabilidade da UFBA**. v. 1, n. 1, p. 48-61, set/dez 2007.

SOUZA, Auriza Carvalho et al. A relevância da transparência na gestão pública municipal. **Revista Campus**. Paripiranga, v. 2, n. 5, p. 6-20, dez 2009.